



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
UASG 985811

PREGÃO

ELETRÔNICO

Nº 032/2024

Processo nº 13178/2024

Data: 20/08/2024

Hora: 09h (horário de Brasília)

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Modelo de disputa: ABERTO

Preferência ME/EPP/Equiparadas: SIM

Valor da Contratação: R\$55.350,04 (cinquenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais e quatro centavos).

OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento de software de gestão de conteúdo web para portal institucional e serviços ao cidadão, aplicativos mob. A pedido da secretaria de administração e planejamento do município de bom jesus do itabapoana/rj



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS	22
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	23
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26
12. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	27
13. ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	44
14. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA	58



Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024
(Processo Administrativo nº 13178/2024)

Torna-se público que o **Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ**, situada à Av. Governador Roberto Silveira, nº 68 – Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ, Telefone nº (22) 3833-9200 realizará licitação, na modalidade PREGÃO nº **032/2024**, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa “**ABERTO**” com critério de julgamento **POR ITEM**, e o tipo de licitação de **MENOR PREÇO GLOBAL**, para compras e serviços comuns, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE CONTEÚDO WEB PARA PORTAL INSTITUCIONAL E SERVIÇOS AO CIDADÃO, APLICATIVOS MOB. A PEDIDO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- 1.1. A licitação será realizada em um único **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal(www.gov.br/compras).

- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. **Participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Conforme modelo de proposta em anexo.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 3.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá (faculdade, conforme o artigo 19 da instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022) parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus



decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1. Valor **unitário e total dos itens**; com no máximo quatro casas decimais após a vírgula; (devendo obedecer o preço máximo orçado por item pela administração, sob pena de desclassificação).
- 4.1.2. Marca; (vedada a identificação do licitante neste campo, sob pena de desclassificação).
- 4.1.3. Fabricante, quando adequado ao objeto licitado;

- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1- Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, anexo I do edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no preâmbulo do edital.**
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.**
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.**
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a **desconexão do sistema eletrônico** para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- 5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1. Havendo eventual **empate entre propostas ou lances**, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.20.2.1. empresas estabelecidas no Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ;
 - 5.20.2.2. empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;
 - 5.20.2.3. empresas brasileiras;
 - 5.20.2.4. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.20.2.5. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.20.3. Os documentos comprobatórios elencados nos Itens 5.20.1 e 5.20.2, referentes aos critérios de desempate, deverão ser enviados pelos licitantes, no prazo de 02 (duas) horas, contados a partir da solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desistência do desempate.
- 5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da **proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido** para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- 5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.21.5. **É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**
- 5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.e3.5** este edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



sistema, desde que não haja majoração do preço que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

7.2. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, a Certidão Regularidade de Débito Fiscal (CND) expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário da licitante. Certidão de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário da empresa. (Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada).

e) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outraequivalente, na forma da lei.

f) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

g) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

7.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) As empresas interessadas em participar do referido processo licitatório que estejam em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL deverão apresentar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



b-1. CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL expedida pelo órgão distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

b-2. A certidão citada no item anterior deverá ser acompanhada de comprovação que seu plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos da legislação em vigor;

b-3. A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos exigidos pela legislação vigente para a efetiva habilitação econômico-financeira.

7.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação, conforme art. 42, § 2º, Lei nº. 14.133/21.

7.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.8.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- 7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- 7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.16.1.
- 7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 7.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.4– DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1- Um ou mais **atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

8. DOS RECURSOS

- 8.7. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.8. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.9. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.9.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.9.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 20 (vinte) minutos.
 - 8.9.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.9.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.10. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.11. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.12. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.13. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.15. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



8.16. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.7. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.7.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.7.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.7.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.7.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.7.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.7.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.7.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.7.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.7.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.7.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.7.5. fraudar a licitação

9.7.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.7.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.7.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.7.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.7.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- 9.7.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.7.9. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.7.10. advertência;
- 9.7.11. multa;
- 9.7.12. impedimento de licitar e contratar e
- 9.7.13. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.8. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.8.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.9. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.9.1. Para as infrações previstas nos itens 9.7.1, 9.7.2 e 9.7.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 9.9.2. Para as infrações previstas nos itens 9.7.4, 9.7.5, 9.7.6, 9.7.7 e 9.7.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 9.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.7.1, 9.7.2 e 9.7.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



responsável de licitar e contratar no âmbito do Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 9.13. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.7.4, 9.7.5, 9.7.6, 9.7.7 e 9.7.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.7.1, 9.7.2 e 9.7.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.7.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação
- 9.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.16. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.19. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.7.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- 10.8. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.9. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte email: contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br**.
- 10.10. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.10.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.11. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.7. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



11.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.16. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

11.17. **Todas as comunicações dos licitantes durante a sessão pública de licitação deverá ser realizada através do email contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br.**

11.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos a seguir.

12. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

13. ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

14. ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA.

Bom Jesus do Itabapoana , 26 de julho de 2024

Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ
Paulo Sergio Travassos do Carmo Cyrillo
Prefeito Municipal



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de Licenciamento de Software de Gestão de Conteúdo Web para Portal Institucional e Serviços ao Cidadão, Aplicativos Mobile, para atender a necessidade de acesso livre e gratuito aos munícipes ao site da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública no município. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

1.1. ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVOS:

Nº	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Preço Unitár.	Preço global
1	<p>Licenciamento de software de gestão de conteúdo Web para portal institucional e Serviços ao Cidadão, Aplicativos Mobile, incluindo-se o desenvolvimento de:</p> <p>- API RESTful que deverá se integrar com sistemas da contratante com o objetivo de disponibilizar e sincronizar dados, otimizando o fluxo de informação entre diferentes processos de forma rápida e eficiente. Todas as comunicações realizadas entre os equipamentos dos usuários e os equipamentos deverão ocorrer através de conexões HTTPS e em conformidade com os parâmetros definidos para a categoria Intermediate das recomendações de TLS da Mozilla, disponíveis em https://wiki.mozilla.org/Security/Server_Side_TLS; Quaisquer APIs expostas para aplicações externas à infraestrutura da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, que possibilitem acesso a dados do cliente ou de auditoria deverão fazê-lo estritamente mediante autenticação através de token de aplicação (API-Token) ou credencial segura (JWT). Nenhuma API deverá empregar o esquema de autenticação basic do protocolo HTTP, mesmo que em conexões HTTPS. As APIs a serem expostas precisam ser informadas</p>	S V	12 meses	R\$4.612,50	R\$ 55.350,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>durante o processo de implantação para configuração em infraestrutura de proxy reverso ou gerenciador de APIs; Integração unidirecional: o sistema Web do Portal deverá se integrar de forma passiva, ou seja, permitindo o acesso controlado às informações armazenadas em sua base de dados por outros sistemas da contratante. Este acesso deverá se dar de forma segura, garantindo a validade e consistências dos dados acessados. Este acesso poderá ser somente de leitura, alteração dos dados ou gravação de dados. O Sistema Web do Portal também deve possibilitar a leitura, alteração e gravação de informações em bases de dados de outros sistemas da contratada. Sendo esta função realizada de forma segura, garantindo a validade e consistências dos dados gerados, acessados ou alterados de acordo com as políticas de segurança e validações de integração dos demais sistemas da contratante. Integração bidirecional: o sistema Web do Portal deverá sincronizar informações armazenadas em sua base de dados com informações de outros sistemas da contratante. Esta sincronização deverá ocorrer de forma controlada e segura, garantindo a validade e consistência dos dados sincronizados entre os sistemas em questão.</p> <ul style="list-style-type: none">- API Gateway para gerenciamento de tráfego com o serviço de back-end ou dados, aplicando políticas de controle de acesso para as chamadas APIs, sendo capaz de controlar o acesso aos sistemas e serviços de back-end das aplicações, garantindo a escalabilidade e alta disponibilidade dos serviços.- Desenvolvimento de micro serviços que funcionem de maneira independente comunicando-se por APIs a fim de aumentar a eficiência e a disponibilidade das aplicações.- Utilização de um orquestrador de containers para garantia de alta disponibilidade dos microsserviços.				
--	---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento continuado de programação, desenvolvimento de soluções de tecnologia para simplificação dos processos de criação, gestão, publicação, distribuição e arquivamento de conteúdos, aplicações de integração com outros sistemas, desenvolvimento de interfaces de uso e guias de estilo, com aplicação de testes de usabilidade, navegabilidade e acessibilidade compatível com os critérios de avaliações E-GOV estando em conformidade com o Decreto-Lei 5296 de 02/12/2004, que regulamenta as Leis número 10.048, datada de 08/11/2000 que prioriza o atendimento às pessoas portadoras de deficiência, e, ainda a Lei 10.098, datada de 19/12/2000 que normatiza as diretrizes da Cartilha do eMAG de versão 3.0 para atendimento aos itens estabelecidos pelo WCAG 2.0.- Garantir a responsividade do design nos principais dispositivos móveis disponíveis no mercado;- Possibilitar alterações para correção de conteúdo ou outras correções advindas do uso ou do funcionamento, incluir características, conteúdos e/ou funcionalidades necessários aos funcionamentos dos portais;- Possibilitar o controle de colaboradores com permissões de segurança específicas quanto às publicações de conteúdo dentro do portal. Deverá ser disponibilizado um Painel de Controle, com uma central de segurança, com todas as configurações dos níveis de segurança definidos para os grupos de colaboradores cadastrados no Portal. O Painel de Controle deve ser capaz de definir um administrador global com o poder de criar novos usuários/colaboradores no sistema e atribuir-lhes às permissões necessárias;- Permitir a inclusão, alteração e exclusão				
--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>de notícias no Portal, com o recurso de adicionar imagens e documentos em formatos com as seguintes extensões respectivamente: PNG, JPG, BMP, PDF, DOC, XML, XLS, TXT, ou adequação do sistema a outro formato que se faça necessário. Possibilite ainda o recorte (crop) de áreas específicas das imagens para adequação de destaque na página principal;</p> <p>- Permitir a disponibilização de notícias em Slide Show com controle sobre o tempo, de 01 a 30 dias, ou indefinidamente, em que a mesma se manterá na página inicial do Portal;</p> <p>- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de páginas de conteúdo fixo no Portal, com o recurso de adicionar imagens e documentos em formatos com as seguintes extensões respectivamente: PNG, JPG, BMP, PDF, DOC, XML, XLS, TXT, ou adequação do sistema a outro formato que se faça necessário. Possibilite ainda o recorte (crop) de áreas específicas das imagens para adequação de destaque na página principal;</p> <p>- Permitir a disponibilização de destaque das páginas, com controle sobre o tempo, de 01 a 30 dias, ou indefinidamente, em que a mesma se manterá na página inicial do Portal;</p> <p>- Ser possível ainda, a configuração da visualização dos destaques das páginas ou notícias na frente do site, através de classificação de tempo, quantidade de visualizações ou de acessos;</p> <p>- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de banners para publicidade de eventos, campanhas ou serviços. Os banners deverão estar disponíveis em até 6 posições dentro do site e deverá obedecer a responsividade do site, deverá ainda ser</p>				
--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>possível relacionar o clique no banner a um Link interno o externo ao Portal, possuir o controle de início e fim da exibição na frente do site e contagem de cliques para efeito de controle de audiência;</p> <ul style="list-style-type: none">- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de menus para link das principais páginas ou módulos internos do portal e ser capaz de alocação do Menu em até 03 áreas específicas e pré-definidas dentro do Portal;- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de sub níveis de menu, sendo eles recolhidos ou expandidos junto ao menu primário;- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de menus ou sub níveis de menu através de contextualização/categorização de conteúdo, podendo os mesmos serem recolhidos ou expandidos junto ao menu primário;- Permitir a Inclusão de Menus, ou Sub níveis de Menus por categorização de Conteúdo e por agrupamento de Assuntos;- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de imagens em galerias ou acervos de imagens, podendo ou não serem relacionadas a páginas ou notícias do Portal;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Eventos de interesse da Cidade ou da Administração pública, com o provisionamento de data de início e fim do evento e visualização do mesmo em Grids na frente do site ou áreas correlacionadas;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de concursos públicos ou processos seletivos com o controle sobre				
--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>a publicação de todas as fases e documentos para download que estão arrolados no processo;</p> <ul style="list-style-type: none">- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão Legislação Municipal, permitindo sua classificação por tipo de publicação. O módulo deverá se relacionar com um Menu previamente definido e visualizado de forma clara no Portal. Toda legislação cadastrada deverá estar disponível para download ou leitura online através de leitores de PDF ou browsers, podendo ser pesquisada por critérios de data de publicação, palavras chaves, número ou ano de publicação;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Perguntas e Respostas mais frequentes. O módulo deverá se relacionar com um Menu previamente definido e visualizado de forma clara no Portal. Deve permitir ainda que as perguntas sejam categorizadas e relacionadas às unidades administrativas quando necessário;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de processos licitatórios com a hierarquização de modalidade e tipo. Ser possível o cadastramento de todos os documentos e anexos que compõem o processo licitatório, com controle de retirada e visualização dos arquivos por parte dos fornecedores interessados, bem como relacionar obrigatoriamente uma licitação a sua administrativa de origem. O módulo deverá se relacionar com um Menu previamente definido e visualizado de forma clara no Portal. Permitir, se desejável, que o fornecedor tenha que se cadastrar e identificar-se no sistema com login e senha para efetiva retirada do edital, possuir relatórios com o controle dos fornecedores que visualizaram e fizeram download dos anexos disponíveis a cada licitação, possuir ainda relatórios que quantificam quantas vezes a determinada licitação foi acessada no site,				
--	---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>sem que pra isso tenha que ter retirado o edital, ser possível identificar o endereço IP do solicitante/visitante que acessou ou retirou os editais no Portal;</p> <ul style="list-style-type: none">- Possuir módulo de Ouvidoria Pública que permita ao usuário/cidadão se relacionar com a Instituição, permitindo assim o pedido de informações, solicitações e esclarecimentos sobre os serviços prestados. Deverá permitir os pedidos sob sigilo (sem acompanhamento da solicitação) ou identificando-se para acompanhamento posterior da solicitação;- Possuir módulo Eletrônico de Acesso à Informação que permita ao usuário/cidadão solicitar informações de forma eletrônica diretamente no portal, devendo estar em conformidade com o Art 7º dos Incisos II e III, Art 9º, inciso I do capítulo III do procedimento de Acesso à Informação;- Possuir módulo de Estrutura Organizacional que possibilite o cadastro de todas as unidades administrativas envolvidas com a Instituição, contemplando as informações de endereço físico, eletrônico e qualquer outra forma de contato da unidade;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Programas e Projetos executados pela instituição, bem como sua descrição, secretaria a que está relacionada;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Contatos de Telefones e Endereços Úteis das principais instituições do município;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão das Unidades de Atendimento da Instituição, bem como seus contatos, tais como: telefones, endereço físico, endereço eletrônico, coordenadas GPS				
--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>para localização em serviços de mapas;</p> <ul style="list-style-type: none">- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão das Escolas e Creches do Município, bem como as séries disponíveis, quantidade de alunos matriculados, telefone, endereço, endereço eletrônico, coordenadas de GPS para localização em serviços de mapas, além de serviço de blog para divulgação de atividades;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de relatórios de Contas Públicas;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Atividades culturais;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Pontos Turísticos, a fim de se obter um inventário turístico do município e a identificação de seus endereços físicos, telefones, e endereços eletrônicos;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Locais para Alimentação e Hospedagem, a fim de se obter um inventário que auxilie os usuários e complemente o inventário turístico do município, identificação de seus endereços físicos, telefones, e endereços eletrônicos;- Todo Portal bem como o conteúdo gerado deverá incorporar o conceito de acessibilidade a portadores de necessidades especiais em conformidade com o Decreto-Lei 5296 de 02/12/2004, que regulamenta as Leis número 10.048, datada de 08/11/2000 que prioriza o atendimento às pessoas portadoras de deficiência, e, ainda a Lei 10.098, datada de 19/12/2000 que normatiza as diretrizes da Cartilha do eMAG de versão 3.0 para atendimento aos itens estabelecidos pelo WCAG 2.0.- Para construção dos sítios e aplicações				
--	---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>deverão ser empregado o uso da API RESTful elencada no início do termo de referência e serem utilizadas as linguagens de programação não proprietárias, como Java, Javascript, PHP, Ajax, HTML 5, CSS, Bancos de dados MariaDB e PostgreSQL, Serviços de Otimização de sites (SEO) com análise e implementação de SEO on-page e SEO off-page ou link Building;</p> <p>Disponibilização de Servidor Dedicado para hospedagem dos sites, aplicativos e bancos de dados, possuindo no mínimo: link com velocidade da porta de acesso de no mínimo 500 Mbps, capacidade de armazenamento de 80 GB para sítios e aplicativos, transferência mensal de até 1 TB, backup semanal de todos os dados em uma segunda unidade de disco e em outra unidade externa de backup em outro datacenter, capacidade de restauração do backup a qualquer momento sem custo adicional, possuir varredura Antivírus para arquivos do site, Proteção de serviços de borda Cloudflare: WAF, DNS, TLS, CDN, AntiDDOS, Logs, Analytics, Proteção de API, Rate Limiting, Proteção contra BOTS, Proxy Reverso para portas Altas, Balanceador de carga e Acelerador de tráfego dinâmico.</p> <p>Locação de Servidor de Correio Eletrônico contendo solução de Suite de E-mail Colaborativo em plataforma Zimbra, com disponibilização de até 200 Contas de E-mail com cotas de até 20GB de capacidade de armazenamento individual. Deverá ainda possuir Gerenciamento de Contatos Privado e Compartilhado, Grupo de Calendários Privado e Compartilhado, Porta Arquivos Colaborativos, Acesso via Aplicativos Mobile. A suite de e-mail deverá permitir aos usuários a capacidade de executar backup de toda sua caixa postal através de ferramentas disponíveis na própria interface do usuário, possuir suporte a IMAP-SSL e SMTP Autenticado, Antivírus e Anti-Spam nativos, chaves DKIM, DMARC, SPF Configuradas e</p>				
--	--	--	--	--	--



	Controle de Limites de Envios diário por Caixa Postal, permitir filtragem de portas e origens de acesso filtradas por país, ter implementado solução de Gateway de E-mail para filtragem e varredura profunda de anexos				
--	---	--	--	--	--

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRAÇÃO

A contratação de empresa para prestação de serviços de **Licenciamento de Software de Gestão de Conteúdo Web para Portal Institucional e Serviços ao Cidadão, Aplicativos Mobile** para a pedido da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, visa atender a necessidade iminente da contratação de empresa especializada para prestar serviços de suporte e manutenção de: portal institucional. Os serviços são de natureza continuada, uma vez que tratam de atividades cotidianas e rotineiras que não podem sofrer descontinuidade e são essenciais para o desenvolvimento da atividade institucional.

No portal institucional há informações que são essenciais para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, como a estrutura administrativa, licitações, concursos, contas públicas, Portal da Transparência, pesquisa de legislação, entre outros, que não podem ser descontinuados, gerando uma série de demandas de comunicação que precisam ser atendidas, sob pena de infringirem-se as determinações legais, principalmente no que se refere ao Tribunal de Contas do Estado. Ressalta-se também a importância de manter um canal direto com os munícipes como forma de dar transparência para a sociedade sobre os trabalhos da Gestão Municipal.

Para contratação do serviço o processo licitatório obedecerá ao Sistema de Registro de Preço por intermédio do Pregão Eletrônico, sistema que faz-se mais vantajoso a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento pois permite uma melhor gestão dos recursos públicos, através da transparência e agilidade.

Foi identificado pela SEMAP o Processo nº 1.585/18, Contrato nº 056/18, Pregão Presencial nº 074/2018, referente a contratação de prestação de serviços em gestão de conteúdo web para portal institucional e serviços ao cidadão a pedido da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento no valor de R\$ 37.200,00 (Trinta e sete mil e duzentos reais, cujo vencimento ocorreu em 13 de setembro de 2023 após prorrogação do contrato por 60 (sessenta meses).

Para se obter o quantitativo, baseou-se no contrato anterior, alterando as características do objeto de acordo com os avanços tecnológicos exigidos para o pleno funcionamento do serviço contratado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução selecionada por esta Secretaria Municipal, a saber: o pregão para contratação de empresa para prestação dos serviços, mostrou-se tecnicamente viável e economicamente mais vantajosa à Administração já que, é possível prever com exatidão as quantidades que serão demandadas ao longo dos próximos meses. Ademais, além de não restringir a concorrência do certame, a solução escolhida possibilita a ocorrência de economia de



escala. As quantidades registradas correspondem à estimativa feita pela equipe de planejamento da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento a partir de critérios objetivos: histórico de pedidos de substituição e demandas existentes. Em relação às especificações dos itens, reforça-se que é necessário que os itens obedçam às especificações de modo a atender as necessidades dos setores e servidores. Assim, ao verificar a correção dos critérios, este ETP verificou a adequação do pedido inicial para atendimento das necessidades mapeadas. Para atender à necessidade mapeada, não serão necessárias contratações correlatas/complementares pela Administração nem deve ser permitida subcontratação pela Contratada para execução do contrato.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa o desenvolvimento e manutenção continuadas do Portal Institucional do Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

7.1. Entrega – Os serviços serão prestados de maneira continua durante a vigência do contrato, podendo ser mantido comunicação via online para solicitações e melhorias no decorrer do contrato, uma vez que o mesmo tem caráter continuado.

7.2. Prazo de entrega – Após assinatura de contrato, os serviços deverão ter início de imediato.

7.3. Condições de recebimento: Os serviços poderão ser entregue via online, tal como e-mail, chat ou ainda via telefônica, devendo ter contínua manutenção em todo o Portal da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana.

7.4. Do Pagamento: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, na medida da prestação dos serviços, conforme estabelecido no Edital do processo licitatório, através de processos devidamente formalizados, conforme legislação vigente.

7.5. Formalização do Contrato – Para início da locação deverá ser assinado termo de contrato que terá que passar por prévia manifestação do departamento jurídico quanto a minuta de contrato, que poderá ser apresentada pela Coordenadoria de licitação e contratos.

7.6. Gestão e Fiscalização da Contratação – A presente contratação terá gestão e fiscalização ligada a Secretaria de Administração e Planejamento de Bom Jesus do Itabapoana, nos termos do Art. 117 da Lei Federal 14.133/2021

7.7. O prestador da presente contratação será selecionado em primeiro lugar pelo critério de Menor Preço, após deverá ter comprovada a sua habilitação nos termos previstos no termo de referência que acompanha este ETP, nas conformidades com a Lei 14.133/2021.



7.8. Caso a empresa que apresente o menor preço, não esteja habilitada para a contratação, passará o item de contratação para a segunda colocada, devendo fazer a habilitação desta, e caso necessite, não estando a segunda habilitada, passa-se adiante para as demais nos mesmo termos de habilitação e colocação.

7.9. As demonstrações de não habilitação das empresas, deverão constar no processo, bem como as convocações para as demais colocadas.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1.1. Entregar o serviço, conforme especificações e condições contidas neste Termo de Referência e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Termo de Referência.

5.1.2. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.1.3. Comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no fornecimento do serviço.

5.1.4. Manter até a entrega total do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

5.1.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

5.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do serviço.

5.1.7. A CONTRATADA deve estar apta a iniciar os serviços imediatamente após estabelecido o plano de trabalho, podendo este prazo ser prorrogado a critério exclusivo da Contratante, em face de eventual necessidade operacional.

5.1.8. A CONTRATADA deve avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ ou ações judiciais e ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra a CONTRATANTE, procedentes da prestação dos serviços do objeto desta licitação.

5.1.9. A CONTRATADA deve dimensionar, durante a fase licitatória, o esforço dos serviços necessários para a realização dos produtos e serviços, não cabendo, posteriormente, acréscimos nos preços contratados por conta de eventuais desconhecimentos das condições previstas neste Contrato e no Edital.

5.1.10. A CONTRATADA deve encaminhar à unidade Fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados.

5.1.11. A CONTRATADA deve assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas e comerciais resultantes da contratação.

5.1.12. A CONTRATADA deve obedecer rigorosamente a todas as normas e procedimentos de segurança, bem como de uso de recursos de informática, implementados no ambiente de TI da CONTRATANTE.

5.1.13. A CONTRATADA deve atender aos pedidos de informações e os esclarecimentos formalizados pela CONTRATANTE, por pessoas ou entidades por ela credenciadas, relacionados com a execução dos serviços contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



5.1.14. A CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE, em meio eletrônico, sempre que solicitado, todas as informações relacionadas à prestação dos serviços. 5.1.15. A CONTRATADA deve executar os serviços descritos neste Termo e nas Especificações Técnicas que o complementam, seguindo os procedimentos estabelecidos entre as partes, respeitando a priorização acordada e a sequência lógica das funções, atendendo com presteza e qualidade às demandas apresentadas.

5.1.16. A CONTRATADA deve cumprir as decisões da CONTRATANTE em conflitos de qualquer natureza que venham a surgir entre a CONTRATADA e outros prestadores de serviços de informática que atuem no ambiente da CONTRATANTE, com vistas à preservação da continuidade dos serviços e do interesse público.

5.1.17. Eventuais irregularidades de caráter urgente deverão ser comunicadas, por escrito, ao Gestor do Contrato indicado pela CONTRATANTE com os esclarecimentos necessários e, as informações sobre possíveis paralisações de serviços, a apresentação de relatório técnico ou razões justificadoras a serem apreciadas e decididas pela CONTRATANTE.

5.1.18. A CONTRATADA deve transferir os produtos de software homologados e sua documentação à CONTRATANTE, visando sua entrada em produção, atuando sob a orientação do Gestor do Contrato, inclusive no que se referir à eventual migração de dados.

5.1.19. As bibliotecas de terceiros que venham a ser utilizadas pela CONTRATADA deverão ter Código Aberto, ou equivalente, de forma a não impedir a colocação dos melhoramentos no Portal do Software Público.

5.1.20. A CONTRATADA deve fornecer todos os códigos fontes, programas, imagens, animações, scripts, páginas HTML e qualquer arquivo necessário ao cumprimento dos requisitos do presente Termo (internet e intranet), que serão de propriedade da CONTRATANTE.

5.1.21. Caberá à CONTRATADA dimensionar a respectiva estrutura necessária com vistas a atender as necessidades da CONTRATANTE, tendo como base as características e especificidades dos serviços, as atividades a serem executadas, o perfil da equipe e a qualificação necessária dos profissionais.

5.1.22. A CONTRATADA deve recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais necessários à perfeita execução dos serviços; efetuar os pagamentos de salários e arcar com todas as demais obrigações legais.

5.1.23. A Contratada deve responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do Contrato, dentro dos prazos e condições estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas contratualmente, caso os prazos e condições não sejam cumpridos.

5.1.24. Todos os artefatos entregues pela Contratada estarão sujeitos à auditoria e controle de qualidade executados pela Contratante ou por empresa Contratada para esse fim.

5.1.25. A CONTRATADA deverá executar os serviços objeto deste Termo observando as diretrizes estabelecidas na Política de Segurança da Informação.

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa fornecedora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do material, efetuando o pagamento dentro das condições e prazos estabelecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



5.2.3. Receber o material entregue pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita.

5.2.4. Recusar, com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações constantes neste Termo de Referência.

5.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da Contratada ou por seu Preposto.

5.2.6. Decidir sobre eventuais conflitos de qualquer natureza que venham a surgir entre a Contratada e outros prestadores de serviços de informática que atuem em seu ambiente, inclusive com ajuda externa se assim julgar necessário, com vistas à preservação da continuidade dos serviços e do interesse público.

5.2.7. Aplicar as penalidades previstas para o caso do não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela empresa.

5.2.8. Fiscalizar o contrato sob os aspectos quantitativo e qualitativo por intermédio de profissional designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo as medidas corretivas necessárias, bem como acompanhar o desenvolvimento do contrato, conferir os serviços executados e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais.

5.2.9. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

6. GESTÃO DO CONTRATO

O presente contrato para aquisição terá vigência pelo período de 12 (doze) meses. O prazo foi definido considerando o planejamento da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

6.1. A CONTRATADA deverá oferecer, em caráter mandatório, a garantia contra defeitos, vícios, inconformidades, erros, falhas, incoerências, ausência de funcionalidade ou informação por um período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo.

6.2. O serviço de garantia contempla a identificação de falhas, eliminação de defeitos e não conformidades, destinados a recolocar o portal institucional da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana-RJ ou seu portal da intranet em pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos apresentados que tenham sido oriundos dos serviços executados pela CONTRATADA.

6.3. O serviço de suporte será demandado através de registro de chamado pelo e-mail oficial da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento ou pelo e-mail oficial do setor solicitante, ficando autorizada a CONTRATADA para imediata execução do serviço.

6.4. A CONTRATADA deverá registrar ao setor solicitante após a evidência da intervenção efetuada o encerramento do chamado que corresponderá à liberação da versão corrigida.

6.5. Caso a solução colocada não seja eficaz para resolver o problema, o chamado será reaberto e terá reduzido, de seu tempo para solução, o tempo que levou até a liberação da versão que não foi eficaz para resolver o problema.

6.6. Os chamados serão classificados em graus de criticidade, a saber:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



6.6.1. **Criticidade ALTA:** Incidente com paralisação do sistema ou indisponibilidade de dados e/ou ambiente. Envolve, também, aqueles erros que comprometem a finalidade principal do sistema, impedindo a utilização eficaz pelo usuário;

6.6.2. **Criticidade MÉDIA:** Incidente sem paralisação do sistema e com comprometimento mediano de dados e/ou ambiente. Envolve, também, aqueles erros que, embora não afetando a finalidade principal do sistema, provoquem queda no rendimento ou afetem a iteração racional no seu uso;

6.6.3. **Criticidade BAIXA:** Incidente sem paralisação do sistema e sem comprometimento de dados e/ou ambiente. Envolve todos os demais erros que não se enquadram em criticidade ALTA, nem em criticidade MÉDIA.

6.7. Os prazos de execução das manutenções corretivas, conforme níveis de criticidade descritos nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.3, decorrentes de acionamento da garantia são os definidos na tabela a seguir:

Criticidade	horas úteis após o recebimento do chamado
ALTA	Em até 10 horas
MÉDIA	Em até 24 horas
BAIXA	Em até 48 horas

6.7.1. Serão consideradas horas úteis o período compreendido entre 08h00 e 17h00, podendo ser modificado pela CONTRATANTE, desde que mantidas a quantidade de horas entre o início e fim, e com prévia ciência da CONTRATADA em pelo menos dez dias.

6.7.2. O descumprimento dos prazos estabelecidos no subitem 6.7 resultará para a CONTRATADA em multa sobre o valor do contrato na forma estabelecida na tabela abaixo, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas neste Termo:

HORAS DE ATRASO	Correspondência
Até 25% do prazo para conclusão do chamado	1% sobre o valor total do CONTRATO
Acima de 25% e abaixo de 50% do prazo para conclusão do chamado	2% sobre o valor total do CONTRATO
Acima de 50% do prazo para conclusão do chamado	3% sobre o valor total do CONTRATO

6.7.3. O Gestor do Contrato poderá deixar de aplicar a glosa mencionada no subitem anterior, desde que os respectivos atrasos sejam devidamente justificados pela parte CONTRATADA e aceitos pelo respectivo Gestor;



6.7.4. As multas estabelecidas no subitem 6.7.2 serão aplicadas cumulativamente, sendo consideradas todas as horas em atraso para fins de adoção, respeitados os percentuais aplicáveis para as horas compreendidas em cada período de atraso;

7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, na medida da entrega do(s) objeto(s), conforme estabelecido no Edital do processo licitatório, através de processos devidamente formalizados, conforme legislação vigente.

8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será feita através de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório, justificando-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos para a Administração, pela possibilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante o próprio processo de escolha.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9. ESTIMATIVA DO PREÇO

Ressaltamos que a pesquisa de preço foi realizada através de contratos realizados por prefeituras que contataram serviços semelhantes de site institucional, em anexo, e seus valores possuem o caráter estimatório: Com base do Mapa de Apuração que será acostado ao processo, obtivemos o valor total de R\$ 55.350,04 (cinquenta e cinco reais trezentos e cinquenta mil e quatro reais).

O contrato pesquisado é referente a Dezembro de 2023, não sendo encontrados para pesquisa contratos mais recentes de 2024.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Administração

Fonte de Recursos: 720

Programa de Trabalho: 04.122.0115.2007.0005

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00

Reserva: 295

Leonardo Degli Esposti Garcia

Secretário Municipal de Administração e Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



Portaria nº 131/23

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ, situado à Av. Governador Roberto Silveira, nº 68 – Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ, Telefone nº (22) 3833-9200 - CNPJ/MF sob o nº 288129720003-61, contra com a empresa _____, com sede na _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, objetivando **xxxxxx**, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a), podendo o presente contrato de serviço e fornecimento contínuo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do artigo 107 da lei 14.133/2021.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS **(art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.2. .
- 3.3. A fiscalização da contratação será exercida pelos servidores _____.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. *Não é permitida a subcontratação do objeto do contrato.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. *O valor da contratação é de R\$ (.....) por mês , totalizando R\$...... ().*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. Conforme artigo 123 da lei 14133/2021.

8.10.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**. Conforme parágrafo único do artigo 123 da lei 14133/2021.

8.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado e Estadual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor contratado;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15.% a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10.% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 15% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.1.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Administração

Fonte de Recursos: 720

Programa de Trabalho: 04.122.0115.2007.0005

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00

Reserva: 295

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024 - PMBJI

OBJETO: xxxx

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Nome de Fantasia: _____ Razão Social: _____ Insc. Est.: _____ Endereço: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____ E-mail: _____ Telefone: _____ Fax: _____ Responsável pela assinatura do contrato: _____ Telefone: _____ Banco: _____ Conta Bancária: _____ Nome _____ e nº. da Agência: _____, para atendimento do objeto destinado ao Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024-PMBJI**.

Para tanto, oferecemos a esse órgão o valor total de R\$ _____ para o referido Pregão, conforme abaixo.

Nº	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Preço Unitário.	Preço global
1	<p>Licenciamento de software de gestão de conteúdo Web para portal institucional e Serviços ao Cidadão, Aplicativos Mobile, incluindo-se o desenvolvimento de:</p> <p>- API RESTful que deverá se integrar com sistemas da contratante com o objetivo de disponibilizar e sincronizar dados, otimizando o fluxo de informação entre diferentes processos de forma rápida e eficiente. Todas as comunicações realizadas entre os equipamentos dos usuários e os equipamentos deverão ocorrer através de conexões HTTPS e em conformidade com os parâmetros definidos para a categoria Intermediate das recomendações de TLS da Mozilla, disponíveis em https://wiki.mozilla.org/Security/Server_Side_TLS; Quaisquer APIs expostas para aplicações externas à infraestrutura da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, que possibilitem acesso a dados do cliente ou de auditoria deverão</p>	SV	12 meses		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>fazê-lo estritamente mediante autenticação através de token de aplicação (API-Token) ou credencial segura (JWT). Nenhuma API deverá empregar o esquema de autenticação basic do protocolo HTTP, mesmo que em conexões HTTPS. As APIs a serem expostas precisam ser informadas durante o processo de implantação para configuração em infraestrutura de proxy reverso ou gerenciador de APIs; Integração unidirecional: o sistema Web do Portal deverá se integrar de forma passiva, ou seja, permitindo o acesso controlado às informações armazenadas em sua base de dados por outros sistemas da contratante. Este acesso deverá se dar de forma segura, garantindo a validade e consistências dos dados acessados. Este acesso poderá ser somente de leitura, alteração dos dados ou gravação de dados. O Sistema Web do Portal também deve possibilitar a leitura, alteração e gravação de informações em bases de dados de outros sistemas da contratada. Sendo esta função realizada de forma segura, garantindo a validade e consistências dos dados gerados, acessados ou alterados de acordo com as políticas de segurança e validações de integração dos demais sistemas da contratante. Integração bidirecional: o sistema Web do Portal deverá sincronizar informações armazenadas em sua base de dados com informações de outros sistemas da contratante. Esta sincronização deverá ocorrer de forma controlada e segura, garantindo a validade e consistência dos dados sincronizados entre os sistemas em questão.</p> <ul style="list-style-type: none">- API Gateway para gerenciamento de tráfego com o serviço de back-end ou dados, aplicando políticas de controle de acesso para as chamadas APIs, sendo capaz de controlar o acesso aos sistemas e serviços de back-end das aplicações, garantindo a escalabilidade e alta disponibilidade dos serviços.- Desenvolvimento de micro serviços que funcionem de maneira independente comunicando-se por APIs a fim de aumentar a eficiência e a disponibilidade das aplicações.- Utilização de um orquestrador de containers para garantia de alta disponibilidade dos microsserviços.- Desenvolvimento continuado de programação, desenvolvimento de soluções de tecnologia para				
--	---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>simplificação dos processos de criação, gestão, publicação, distribuição e arquivamento de conteúdos, aplicações de integração com outros sistemas, desenvolvimento de interfaces de uso e guias de estilo, com aplicação de testes de usabilidade, navegabilidade e acessibilidade compatível com os critérios de avaliações E-GOV estando em conformidade com o Decreto-Lei 5296 de 02/12/2004, que regulamenta as Leis número 10.048, datada de 08/11/2000 que prioriza o atendimento às pessoas portadoras de deficiência, e, ainda a Lei 10.098, datada de 19/12/2000 que normatiza as diretrizes da Cartilha do eMAG de versão 3.0 para atendimento aos itens estabelecidos pelo WCAG 2.0.</p> <ul style="list-style-type: none">- Garantir a responsividade do design nos principais dispositivos móveis disponíveis no mercado;- Possibilitar alterações para correção de conteúdo ou outras correções advindas do uso ou do funcionamento, incluir características, conteúdos e/ou funcionalidades necessários aos funcionamentos dos portais;- Possibilitar o controle de colaboradores com permissões de segurança específicas quanto às publicações de conteúdo dentro do portal. Deverá ser disponibilizado um Painel de Controle, com uma central de segurança, com todas as configurações dos níveis de segurança definidos para os grupos de colaboradores cadastrados no Portal. O Painel de Controle deve ser capaz de definir um administrador global com o poder de criar novos usuários/colaboradores no sistema e atribuir-lhes às permissões necessárias;- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de notícias no Portal, com o recurso de adicionar imagens e documentos em formatos com as seguintes extensões respectivamente: PNG, JPG, BMP, PDF, DOC, XML, XLS, TXT, ou adequação do sistema a outro formato que se faça necessário. Possibilite ainda o recorte (crop) de áreas específicas das imagens para adequação de destaque na página principal;				
--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<ul style="list-style-type: none">- Permitir a disponibilização de notícias em Slide Show com controle sobre o tempo, de 01 a 30 dias, ou indefinidamente, em que a mesma se manterá na página inicial do Portal;- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de páginas de conteúdo fixo no Portal, com o recurso de adicionar imagens e documentos em formatos com as seguintes extensões respectivamente: PNG, JPG, BMP, PDF, DOC, XML, XLS, TXT, ou adequação do sistema a outro formato que se faça necessário. Possibilite ainda o recorte (crop) de áreas específicas das imagens para adequação de destaque na página principal;- Permitir a disponibilização de destaque das páginas, com controle sobre o tempo, de 01 a 30 dias, ou indefinidamente, em que a mesma se manterá na página inicial do Portal;- Ser possível ainda, a configuração da visualização dos destaques das páginas ou notícias na frente do site, através de classificação de tempo, quantidade de visualizações ou de acessos;- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de banners para publicidade de eventos, campanhas ou serviços. Os banners deverão estar disponíveis em até 6 posições dentro do site e deverá obedecer a responsividade do site, deverá ainda ser possível relacionar o clique no banner a um Link interno o externo ao Portal, possuir o controle de início e fim da exibição na frente do site e contagem de cliques para efeito de controle de audiência;- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de menus para link das principais páginas ou módulos internos do portal e ser capaz de alocação do Menu em até 03 áreas específicas e pré-definidas dentro do Portal;- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de sub níveis de menu, sendo eles recolhidos ou expandidos junto ao menu primário;				
--	---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<ul style="list-style-type: none">- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de menus ou sub níveis de menu através de contextualização/categorização de conteúdo, podendo os mesmos serem recolhidos ou expandidos junto ao menu primário;- Permitir a Inclusão de Menus, ou Sub níveis de Menus por categorização de Conteúdo e por agrupamento de Assuntos;- Permitir a inclusão, alteração e exclusão de imagens em galerias ou acervos de imagens, podendo ou não serem relacionadas a páginas ou notícias do Portal;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Eventos de interesse da Cidade ou da Administração pública, com o provisionamento de data de início e fim do evento e visualização do mesmo em Grids na frente do site ou áreas correlacionadas;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de concursos públicos ou processos seletivos com o controle sobre a publicação de todas as fases e documentos para download que estão arrolados no processo;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão Legislação Municipal, permitindo sua classificação por tipo de publicação. O módulo deverá se relacionar com um Menu previamente definido e visualizado de forma clara no Portal. Toda legislação cadastrada deverá estar disponível para download ou leitura online através de leitores de PDF ou browsers, podendo ser pesquisada por critérios de data de publicação, palavras chaves, número ou ano de publicação;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Perguntas e Respostas mais frequentes. O módulo deverá se relacionar com um Menu previamente definido e visualizado de forma clara no Portal. Deve permitir ainda que as perguntas sejam categorizadas e relacionadas às unidades administrativas quando necessário;- Possuir módulo de inclusão, alteração e				
--	---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>exclusão de processos licitatórios com a hierarquização de modalidade e tipo. Ser possível o cadastramento de todos os documentos e anexos que compõem o processo licitatório, com controle de retirada e visualização dos arquivos por parte dos fornecedores interessados, bem como relacionar obrigatoriamente uma licitação a sua administrativa de origem. O módulo deverá se relacionar com um Menu previamente definido e visualizado de forma clara no Portal. Permitir, se desejável, que o fornecedor tenha que se cadastrar e identificar-se no sistema com login e senha para efetiva retirada do edital, possuir relatórios com o controle dos fornecedores que visualizaram e fizeram download dos anexos disponíveis a cada licitação, possuir ainda relatórios que quantificam quantas vezes a determinada licitação foi acessada no site, sem que pra isso tenha que ter retirado o edital, ser possível identificar o endereço IP do solicitante/visitante que acessou ou retirou os editais no Portal;</p> <p>- Possuir módulo de Ouvidoria Pública que permita ao usuário/cidadão se relacionar com a Instituição, permitindo assim o pedido de informações, solicitações e esclarecimentos sobre os serviços prestados. Deverá permitir os pedidos sob sigilo (sem acompanhamento da solicitação) ou identificando-se para acompanhamento posterior da solicitação;</p> <p>- Possuir módulo Eletrônico de Acesso à Informação que permita ao usuário/cidadão solicitar informações de forma eletrônica diretamente no portal, devendo estar em conformidade com o Art 7º dos Incisos II e III, Art 9º, inciso I do capítulo III do procedimento de Acesso à Informação;</p> <p>- Possuir módulo de Estrutura Organizacional que possibilite o cadastro de todas as unidades administrativas envolvidas com a Instituição, contemplando as informações de endereço físico, eletrônico e qualquer outra forma de contato da unidade;</p> <p>- Possuir módulo de inclusão, alteração e</p>				
--	---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>exclusão de Programas e Projetos executados pela instituição, bem como sua descrição, secretaria a que está relacionada;</p> <ul style="list-style-type: none">- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Contatos de Telefones e Endereços Úteis das principais instituições do município;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão das Unidades de Atendimento da Instituição, bem como seus contatos, tais como: telefones, endereço físico, endereço eletrônico, coordenadas GPS para localização em serviços de mapas;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão das Escolas e Creches do Município, bem como as séries disponíveis, quantidade de alunos matriculados, telefone, endereço, endereço eletrônico, coordenadas de GPS para localização em serviços de mapas, além de serviço de blog para divulgação de atividades;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de relatórios de Contas Públicas;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Atividades culturais;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Pontos Turísticos, a fim de se obter um inventário turístico do município e a identificação de seus endereços físicos, telefones, e endereços eletrônicos;- Possuir módulo de inclusão, alteração e exclusão de Locais para Alimentação e Hospedagem, a fim de se obter um inventário que auxilie os usuários e complemente o inventário turístico do município, identificação de seus endereços físicos, telefones, e endereços eletrônicos;- Todo Portal bem como o conteúdo gerado deverá incorporar o conceito de acessibilidade a portadores de necessidades especiais em conformidade com o Decreto-Lei 5296 de 02/12/2004, que regulamenta as Leis número				
--	---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	<p>10.048, datada de 08/11/2000 que prioriza o atendimento às pessoas portadoras de deficiência, e, ainda a Lei 10.098, datada de 19/12/2000 que normatiza as diretrizes da Cartilha do eMAG de versão 3.0 para atendimento aos itens estabelecidos pelo WCAG 2.0.</p> <p>- Para construção dos sítios e aplicações deverão ser empregado o uso da API RESTful elencada no início do termo de referência e serem utilizadas as linguagens de programação não proprietárias, como Java, Javascript, PHP, Ajax, HTML 5, CSS, Bancos de dados MariaDB e PostgreSQL, Serviços de Otimização de sites (SEO) com análise e implementação de SEO on-page e SEO off-page ou link Building;</p> <p>Disponibilização de Servidor Dedicado para hospedagem dos sites, aplicativos e bancos de dados, possuindo no mínimo: link com velocidade da porta de acesso de no mínimo 500 Mbps, capacidade de armazenamento de 80 GB para sítios e aplicativos, transferência mensal de até 1 TB, backup semanal de todos os dados em uma segunda unidade de disco e em outra unidade externa de backup em outro datacenter, capacidade de restauração do backup a qualquer momento sem custo adicional, possuir varredura Antivírus para arquivos do site, Proteção de serviços de borda Cloudflare: WAF, DNS, TLS, CDN, AntiDDOS, Logs, Analytics, Proteção de API, Rate Limiting, Proteção contra BOTS, Proxy Reverso para portas Altas, Balanceador de carga e Acelerador de tráfego dinâmico.</p> <p>Locação de Servidor de Correio Eletrônico contendo solução de Suite de E-mail Colaborativo em plataforma Zimbra, com disponibilização de até 200 Contas de E-mail com cotas de até 20GB de capacidade de armazenamento individual. Deverá ainda possuir Gerenciamento de Contatos Privado e Compartilhado, Grupo de Calendários Privado e Compartilhado, Porta Arquivos Colaborativos, Acesso via Aplicativos Mobile. A suite de e-mail deverá permitir aos usuários a capacidade de executar backup de toda sua caixa postal através de ferramentas disponíveis na própria interface do usuário, possuir suporte a IMAP-SSL e SMTP Autenticado, Antivírus e Anti-Spam nativos, chaves DKIM, DMARC, SPF</p>				
--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 032/2024 PMBJI



	Configuradas e Controle de Limites de Envios diário por Caixa Postal, permitir filtragem de portas e origens de acesso filtradas por país, ter implementado solução de Gateway de E-mail para filtragem e varredura profunda de anexos				
--	--	--	--	--	--

A Empresa proponente declara:

- 1) Conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, **tendo conhecimento das especificações do termo de referência.**
- 2) Ter cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com as especificações constantes no Termo de referencia, ANEXO 01, do Edital.
- 3) A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.
- 4) Declaramos que assumimos perante o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ o compromisso de executar o objeto no prazo e condições especificadas no Termo de Referência, **Anexo II.**
- 5) Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do **Contrato**, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(representante legal)